

# Os manuais escolares na relação escola-família



**ORE – Observatório dos Recursos Educativos**

Julho de 2009

Professor Doutor Adalberto Dias de Carvalho  
Dr. Nuno Fadigas

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	3
Metodologia e amostragem .....	3
Identificação .....	0
a) Idade e género .....	0
b) Habilitações literárias e profissão dos encarregados de educação .....	0
c) Residência .....	0
d) Ligações à escola: ano de escolaridade frequentado pelos alunos e número de educandos por encarregado de educação .....	0
<b>Resultados</b> .....	0
1. Importância dos ME para o acompanhamento dos educandos .....	0
2. Aprendizagens efectuadas pelos encarregados de educação no contacto com os ME ...	0
3. Lugar dos ME no conjunto dos recursos utilizados para auxílio ao(s) educando(s) .....	0
4. Papel dos ME na aproximação/distanciamento entre encarregados de educação e educandos .....	0
5. Importância dos ME para o estudo dos conteúdos leccionados .....	0
6. Gosto pelo estudo em ME .....	0
7. Áreas transversais .....	0
8. Função enciclopédica dos ME .....	0
9. Robustez .....	0
10. Problemas diagnosticados e virtudes evidenciadas .....	0
<b>Síntese</b> .....	0
1. Conclusões .....	0

## INTRODUÇÃO

O estudo que agora se apresenta, pela sua temática e pelos protagonistas que para ele foram mobilizados, ganha, pensamos, uma particular originalidade e acuidade. Daí a opção do ORE pela sua realização.

A primeira marca distintiva do estudo está patente, desde logo, nos interlocutores privilegiados: as famílias. De facto, a avaliação dos manuais escolares é habitualmente realizada por professores aquando da sua adopção nas escolas, por investigadores cujo interesse científico reside neste recurso educativo, por autores de manuais escolares e seus editores por razões ligadas, sobretudo, à inovação e à conseqüente diferenciação do produto que disponibilizam no mercado, pelo Ministério da Educação por motivos, entre outros, de supervisão, etc. Neste conjunto não figuram por via de regra os pais em particular e, de uma forma geral, os encarregados de educação, a par dos seus educandos.

Pareceu-nos por isso pertinente auscultá-los agora. Na realidade, importa reconhecê-lo, os encarregados de educação, mercê da sua particular experiência no acompanhamento escolar de crianças e jovens, são os agentes educativos mais habilitados a apreciar, segundo determinados parâmetros, os manuais escolares. São eles, por razões óbvias, quem normalmente mais se preocupa, por exemplo, com a robustez dos manuais escolares. É também a eles, muitas vezes por razões de um à-vontade que o educando só encontra no espaço da sua relação familiar, que são dadas a conhecer as reais facilidades ou dificuldades em utilizar um ou outro manual escolar. Tendo este recurso educativo como uma das suas principais funções facilitar as conexões pedagógicas entre os contextos escolar e familiar, acontece que também frequentemente são os pais quem percepçiona os seus efectivos grau e modo de uso, inclusive pelo acompanhamento domiciliário das tarefas escolares dos educandos. Quanto a estes, afinal a grande razão de ser dos manuais, o presente estudo deu-lhes por isso, também um particular relevo.

Esclareça-se, no entanto, que este estudo não tem por objectivo avaliar todas as valências ou representações acerca dos manuais escolares. As competências pedagógicas e científicas de professores e editores, por exemplo, apesar da sua importância objectiva, não foram aqui mobilizadas por razões de opção metodológica. O nosso propósito foi tão-somente o de recolher, com a maior representatividade possível, percepções sobre os manuais escolares por parte de famílias com ligações funcionais à escola e respectivos educandos.

Saliente-se que a maioria das perguntas que permitiu chegar aos dados apresentados neste documento não figura nos habituais testes – ou grelhas de avaliação –, aos quais são submetidos os manuais escolares para se verificar a sua adequação às diferentes necessidades a que, em princípio, terão de responder, tais como a existência de uma exposição compreensível, de uma exercitação graduada ou de uma ilustração pertinente.

Na verdade, o que neste estudo se indaga não é habitual inquirir-se – o que não significa que não seja importante. Aos encarregados de educação pergunta-se, por exemplo, se o manual escolar é útil para o acompanhamento do trabalho escolar dos seus educandos, ou se, enquanto responsáveis pela formação destes últimos, lhes parece que os manuais escolares deverão contemplar áreas transversais como a educação para a saúde. Aos educandos, por seu turno, pergunta-se o que mais gostariam de aprender nos manuais escolares, que importância têm estes para a resolução das suas dúvidas quanto ao (não) aprendido, etc. As respostas obtidas a estas questões mostram à saciedade que elas não mais poderão ser ignoradas se pretendemos ir ainda mais longe no conhecimento prático dos manuais escolares e no entendimento dos meandros da sua utilização.

Temos, entretanto, de destacar que a viabilização deste estudo passou pela pronta colaboração da Confap – Confederação Nacional das Associações de Pais –, ao disponibilizar a sua página na Internet para a divulgação do inquérito que serviu de base aos resultados que agora se apresentam. O ORE agradece, pois, a abertura e empenhamento da Confap. Estes agradecimentos são igualmente extensíveis ao Educare que, também desde o primeiro momento, colocou todos os seus recursos, nomeadamente a sua página web, à disposição deste projecto.

Agradece-se, por último, a todas as pessoas que, compreendendo o alcance desta iniciativa, aceitaram o desafio de responder às nossas perguntas.

Este é mais um estudo do ORE que, procurando cumprir a sua responsabilidade social, aliás progressivamente reconhecida, coloca um importante instrumento à disposição de todos quantos, de uma maneira ou de outra, intervêm na organização, gestão e desenvolvimento dos processos educativos.

**Adalberto Dias de Carvalho**  
**Nuno Fadigas**

## METODOLOGIA E AMOSTRAGEM

Os resultados que agora se apresentam foram obtidos através do preenchimento de um inquérito por questionário disponibilizado *online* nos sites da CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais ([www.confap.pt](http://www.confap.pt)) e do Educare – O Portal de Educação ([www.educare.pt](http://www.educare.pt)). A escolha recaiu sobre estas entidades por, nos respectivos campos de acção, respectivamente o da representação das associações de pais e o da comunicação social *online* dedicada aos assuntos da educação, ambas desfrutarem de uma notoriedade e aceitação generalizadas.

Trata-se, de acordo com o descrito, de uma amostragem aleatória, a qual, apesar de o ser, foi parcialmente monitorizada para garantir um aceitável grau de fiabilidade. Dá-se como exemplo a residência dos inquiridos. Com efeito, para que os resultados apresentados pudessem ter expressão nacional, afigurou-se necessário que a percentagem mais elevada de inquiridos pertencesse aos distritos do país mais populosos. Como se pode observar na figura 4 (ver adiante), esse propósito foi claramente conseguido, designadamente no caso dos encarregados de educação e dos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico.

Os grupos de inquiridos foram três: o dos encarregados de educação, o dos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico e o dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Optou-se pela não divisão entre básico e secundário dado que, em termos de número de anos de escolaridade, resultaria uma relação de 9 para 3, respectivamente. Com o processo de repartição escolhido, cada um dos grupos de discentes abrangeu 6 anos de escolaridade.

O tipo de informação requerido dividiu-se entre factos e representações. Em consonância, para se obter uma percepção globalizante e sustentada foi por isso necessário organizar dois tipos de perguntas. Por exemplo, com vista a garantir que o juízo dos encarregados de educação sobre a importância dos manuais escolares para o acompanhamento do trabalho dos seus educandos era fiável ou, por outras palavras, tinha um fundamento experiencial, tornou-se necessário apurar se aqueles efectivamente consultavam os manuais escolares dos seus educandos e com que frequência o faziam.

## IDENTIFICAÇÃO

Da aplicação da metodologia descrita resultou a recolha de 552 inquéritos respondidos, repartidos do seguinte modo: 464 referentes a encarregados de educação, 57 a alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, reportando-se os restantes 31 aos discentes do 3.º ciclo dos ensinos básico e secundário.

### A) IDADE E GÉNERO

O quadro seguinte refere-se aos inquéritos dirigidos aos encarregados de educação.

	Idade						Sexo	
	< 25	26 a 35	36 a 45	46 a 55	56 a 65	> 65	Feminino	Masculino
<b>N.º DE INQUÉRITOS</b>	2	112	254	88	7	1	377	87
	Total: 464						Total: 464	

FIGURA 1

A distribuição dos encarregados de educação, apurada a partir das respostas dadas por alunos, é também muito próxima da descrita na figura 1. Referimo-nos, sobretudo, ao género. Assim, a percentagem de mães que desempenham as funções de encarregado de educação cifra-se, no caso dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, em 75,44%, e no outro grupo (3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário) em 74,19%. Na figura 1, as mães representam 81,24% dos encarregados de educação.

As idades dos alunos inquiridos estão dentro dos escalões normais para os respectivos níveis de escolaridade, estando mais representados os alunos da escolaridade básica com percentagens de 22,81% – para os alunos com 10 anos de idade – e de 21,05% – para alunos com 8 anos. No caso do grupo que incorpora alunos do básico e do secundário, as idades que obtiveram maior número de respostas correspondem aos 13 e 14 anos, atingindo a primeira o valor mais elevado: 32,26%.

No que se refere à repartição, por género, dos alunos inquiridos, há um relativo equilíbrio: situando-se sempre na relação de 45% para 55%, aproximadamente. No caso dos alunos do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico, o maior número de inquiridos pertence ao sexo feminino. No outro grupo acontece o inverso.

## B) HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSÃO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO



FIGURA 2

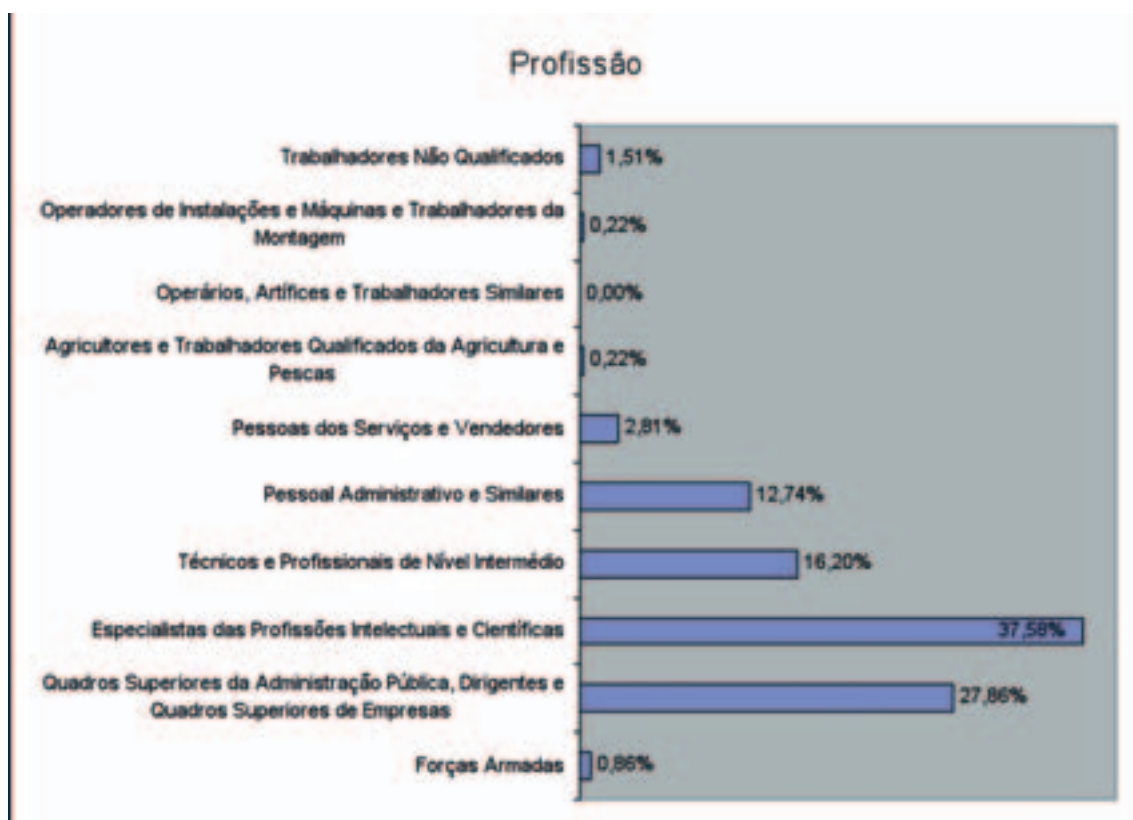


FIGURA 3

Como se percebe pela leitura destes gráficos, a maioria dos encarregados de educação inquiridos tem habilitações superiores, a que correspondem profissões que as requerem. O ensino secundário e as profissões que, em princípio, correspondem a este nível escolar figuram imediatamente na segunda posição.

Os dados apresentados nas figuras 2 e 3 coincidem também, em grande parte, com aqueles que nos revelam os diferentes alunos inquiridos relativamente aos seus encarregados de educação. A maioria dos discentes dos dois grupos indica que os seus encarregados de educação têm habilitações ao nível do ensino superior (66,67%, por parte dos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico, e 79,97%, no caso dos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário). Esta constatação é extensível ao que acontece no domínio das profissões. Na verdade, a maior parte destes encarregados de educação, conforme nos indicam os seus educandos, desempenha funções ao nível de quadro superior da administração pública ou de empresa, de direcção empresarial e ainda no âmbito de profissões intelectuais e científicas.

Certamente que estes níveis de qualificação elevados têm a ver precisamente com o acesso regular à Internet dos respondentes.

### C) RESIDÊNCIA

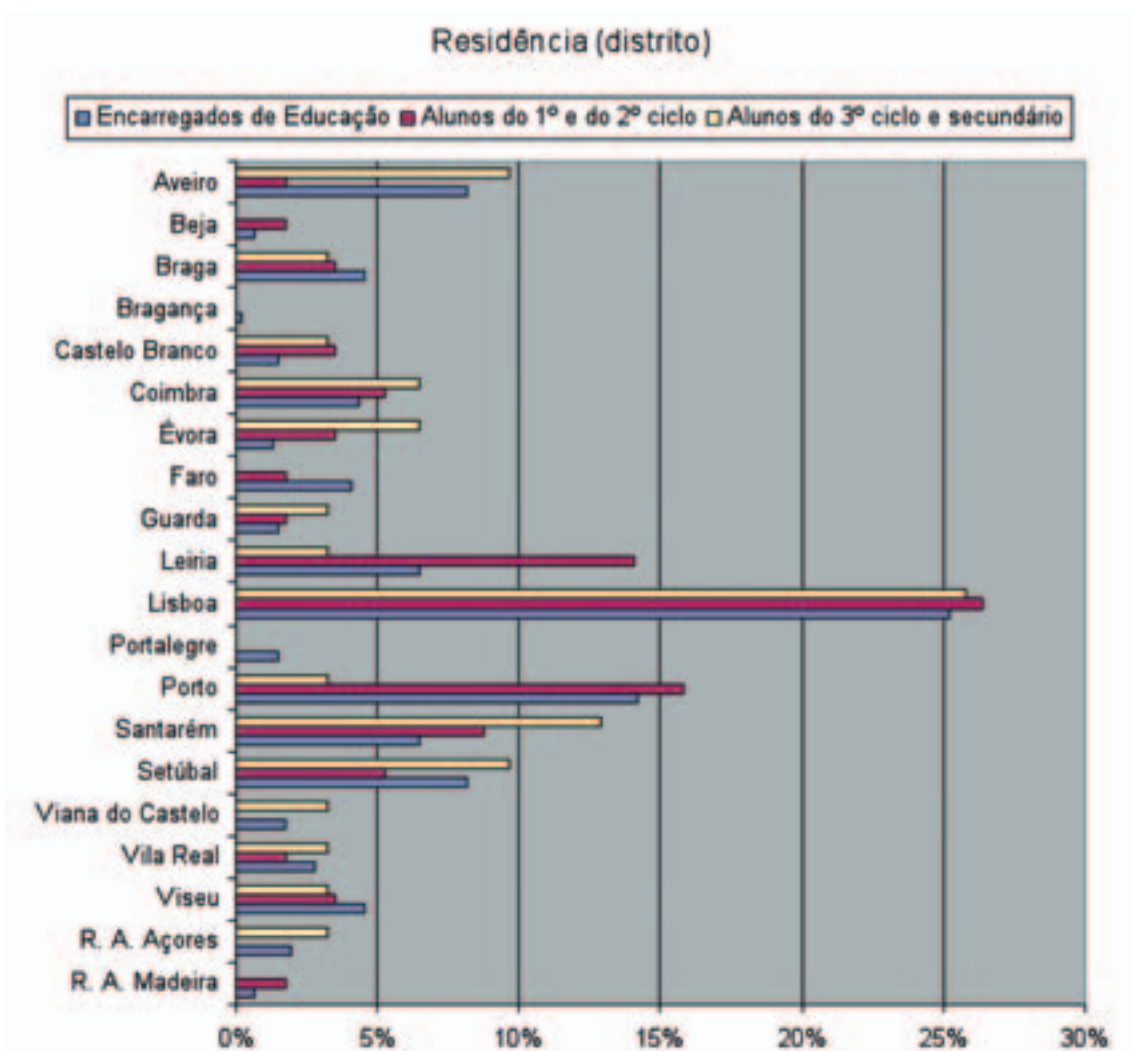


FIGURA 4

Os dados presentes no quadro anterior permitem assegurar a abrangência nacional deste estudo. De facto, não só é possível verificar que existem respostas de todos os distritos portugueses, mas também que, entre eles, têm maior representatividade as cidades mais populosas.

**D) LIGAÇÕES À ESCOLA: ANO DE ESCOLARIDADE FREQUENTADO PELOS ALUNOS E NÚMERO DE EDUCANDOS POR ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO**

Os quadros que seguidamente se apresentam discriminam a distribuição percentual dos alunos por ano de escolaridade.

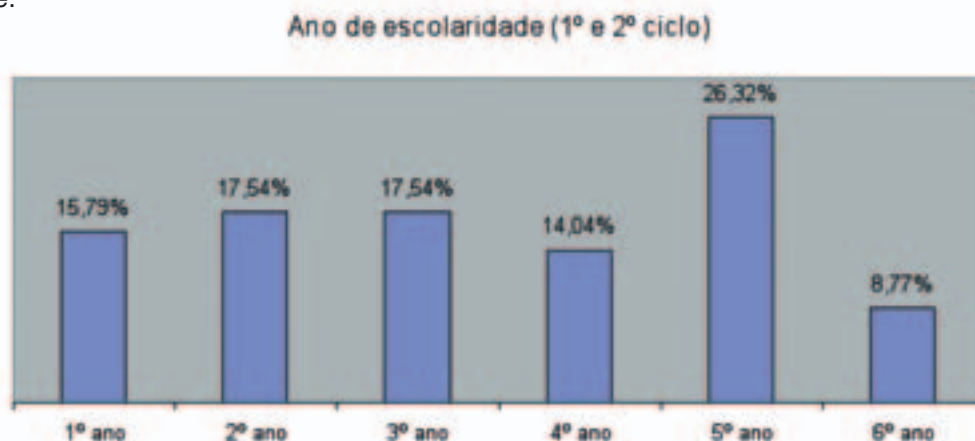


FIGURA 5



FIGURA 6

A observação das figuras 5 e 6 permite concluir que em ambos os grupos há sempre alunos a frequentar um determinado ano de escolaridade que respondem em maior número. Consta-se a ausência de respostas, em particular, aos dois anos terminais do secundário.

Apesar disso, deve ressaltar-se o facto de a percentagem de alunos que corresponde aos anos de transição no segundo grupo (3.º ciclo e secundário) ser igual, e de existir uma significativa representatividade no que concerne aos diferentes anos no primeiro grupo (1.º e 2.º ciclos).

O número de educandos por encarregados de educação distribui-se de acordo com o seguinte gráfico



FIGURA 7

Os dados revelam que uma maioria significativa dos encarregados de educação tem apenas um educando em idade escolar. Não deixa de ser também curioso que alguns encarregados de educação sem filhos em idade escolar tenham respondido a este inquérito. A percentagem destes é, porém, residual – 1,94% – e, traduzida em número de inquiridos, corresponde apenas a 9 numa amostra de 464 encarregados de educação. Revelam-se, deste modo, indícios de uma preocupação pertinente que, muito possivelmente, se deverá ao facto de a educação ser um projecto de longo prazo.

## RESULTADOS

### 1. IMPORTÂNCIA DOS MANUAIS ESCOLARES (ME) PARA O ACOMPANHAMENTO DOS EDUCANDOS

Para aferir a importância dos manuais escolares no acompanhamento, por parte dos encarregados de educação, do trabalho escolar do(s) seu(s) educando(s), questionaram-se aqueles recorrendo a duas perguntas que se complementam. A primeira, de carácter meramente apreciativo, formulou-se nos seguintes termos: “No que respeita ao acompanhamento do trabalho escolar dos seus educandos, considera os manuais escolares: muito importantes, importantes, pouco importantes” (escolha múltipla). Para perceber, no entanto, se as respostas dadas a esta pergunta estavam devidamente sustentadas – ou, por outras palavras, se eram efectivamente informadas pela experiência –, procurou-se saber se, de facto, os encarregados de educação consultavam os manuais escolares dos seus educandos para se inteirarem sobre o que estes últimos, em termos gerais, fazem na escola. Os resultados são os que seguidamente se expõem.

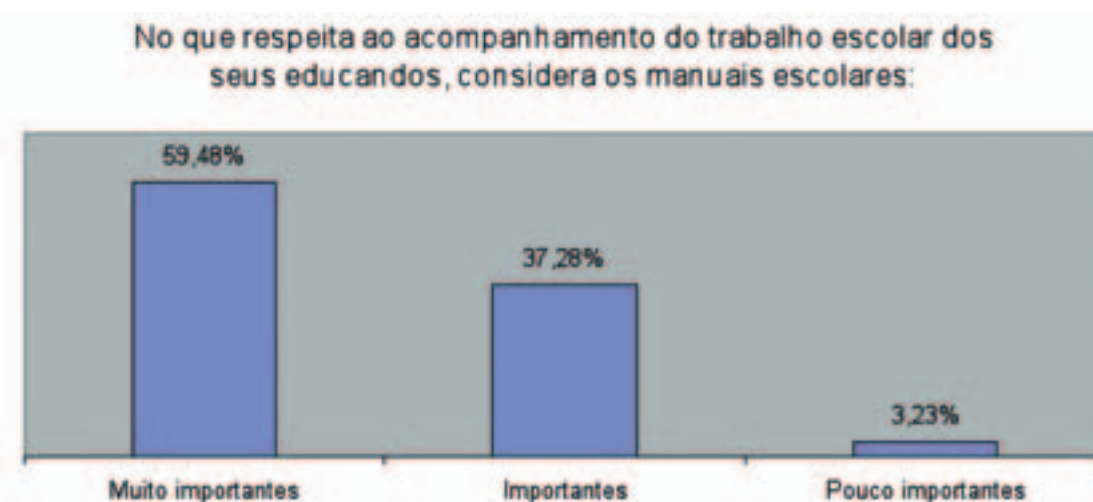


FIGURA 8

Como se depreende da observação do gráfico acima, uma significativa maioria dos pais atribui grande importância aos manuais escolares para acompanhamento do trabalho dos seus educandos: 59,48%. A contrastar com este valor está a percentagem residual de apenas 3,23% dos encarregados de educação que atribuem pouca importância aos manuais escolares para o efeito descrito. Pode afirmar-se, em suma, que 96,76% dos pais considerou que os manuais escolares são importantes para se informarem sobre o que, na generalidade, os seus educandos fazem na escola, sendo que, destes 96,76%, 59,48% atribuem mesmo uma excepcional importância a este recurso educativo para o efeito que se tem vindo a expor.

Para ratificar a sustentabilidade desta valoração, apresentam-se os seguintes dados que resultam da resposta à pergunta: “Consulta os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) para se informar sobre o que, na generalidade, ele(s) faz(em) na escola?”:

Consulta os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) para se informar sobre o que, na generalidade, ele(s) faz(em) na escola?

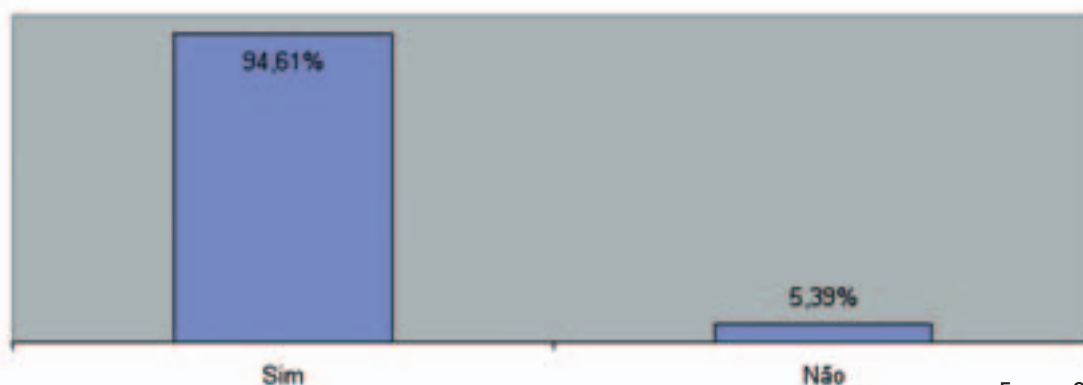


FIGURA 9

O que estes dados revelam, quando conjugados com os da figura 10; sintetiza-se na constatação de que os encarregados de educação fundamentam na sua efectiva prática de acompanhamento (para 94,61% deles) o entendimento de que os manuais escolares são importantes. Se a estes resultados se juntarem os que derivam da pergunta “Quantas vezes consulta, aproximadamente, ao longo de um ano lectivo, os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s)?”, a sustentação daquele ponto de vista fica ainda mais reforçada. Efectivamente, conforme se pode ver na figura 10, 89,58% dos pais – uma maioria muito significativa – consultam os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) mais de cinco vezes ao ano, a mais alta taxa de frequência presente no conjunto de respostas predefinidas a escolher.

Quantas vezes consulta, aproximadamente, ao longo de um ano lectivo, os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s)?

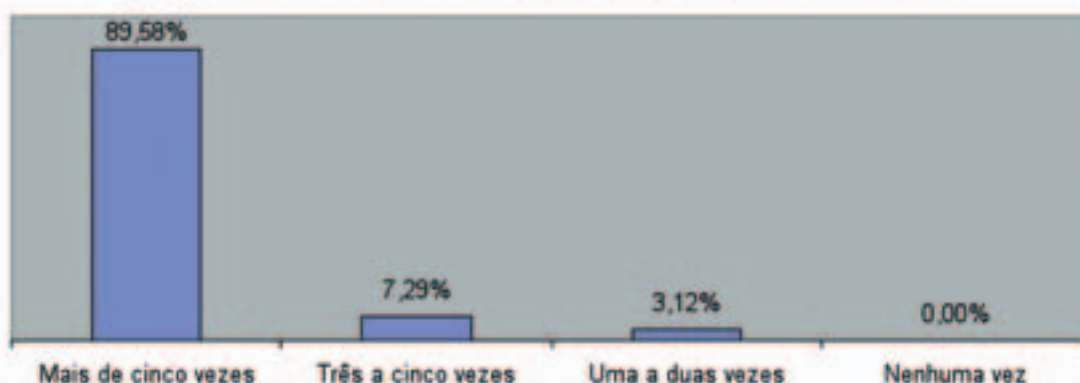


FIGURA 10

Pode ainda acrescentar-se a esta conclusão uma explicação que, apesar de algo especulativa, permite entender melhor estes resultados. Quando efectuamos um levantamento dos recursos educativos – que suportam conteúdos e que são mobilizados pelos docentes para as suas aulas –, recursos facilmente acessíveis aos pais para saberem com que matérias os seus educandos contactam na escola, concluímos que poucos são os que podem servir esse propósito. Para além do manual escolar, figuram neste conjunto o caderno diário, as fotocópias (frequentemente discutíveis) e eventuais ficheiros em formato digital. No entanto, os dois últimos recursos apenas se situam ao nível do que é possivelmente distribuído aos alunos e o caderno diário não tem obrigatoriamente mais do que o registo do sumário, estando dependente da metodologia seguida pelos docentes.

Entre todos estes recursos, apenas o manual escolar é de aquisição obrigatória e contém necessariamente os conteúdos prescritos no programa – de que ele não é senão uma leitura. Significa isto que, entre todos os recursos educativos, o manual escolar é o único que, por razões que se ligam à sua própria essência, apresenta à partida todos os assuntos que são abordados em contexto de aula. Pode conjecturar-se acerca do facto de o manual escolar poder não ser efectivamente utilizado por alguns professores. Não pode, no entanto, deixar de se considerar que o manual escolar integra todos os conteúdos que, em determinado ano lectivo e no âmbito de uma dada disciplina, devem ser leccionados. Daí a sua singularidade.

## 2. APRENDIZAGENS EFECTUADAS PELOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NO CONTACTO COM OS ME

Um dos itens que podem ajudar a entender a relevância dos manuais escolares no âmbito familiar, para além do contexto estritamente escolar, refere-se às eventuais aprendizagens efectuadas, através do contacto com os mesmos, por actores educativos para os quais eles não foram propositadamente concebidos, ou seja, neste caso, os pais e/ou encarregados de educação. A atenção a este aspecto, compreensivelmente negligenciado nas várias análises já existentes – consumadas em relatórios, teses, fichas de avaliação (preenchidas por professores) para efeitos de adopção, etc. –, não poderia deixar de ter lugar no estudo que agora se apresenta. Tendo como um dos seus matriciais objectivos identificar o lugar dos manuais escolares no conjunto das relações entre a escola e a família, essa identificação não poderia ser encontrada sem se compreender quais as extensões da sua utilização no seio familiar.

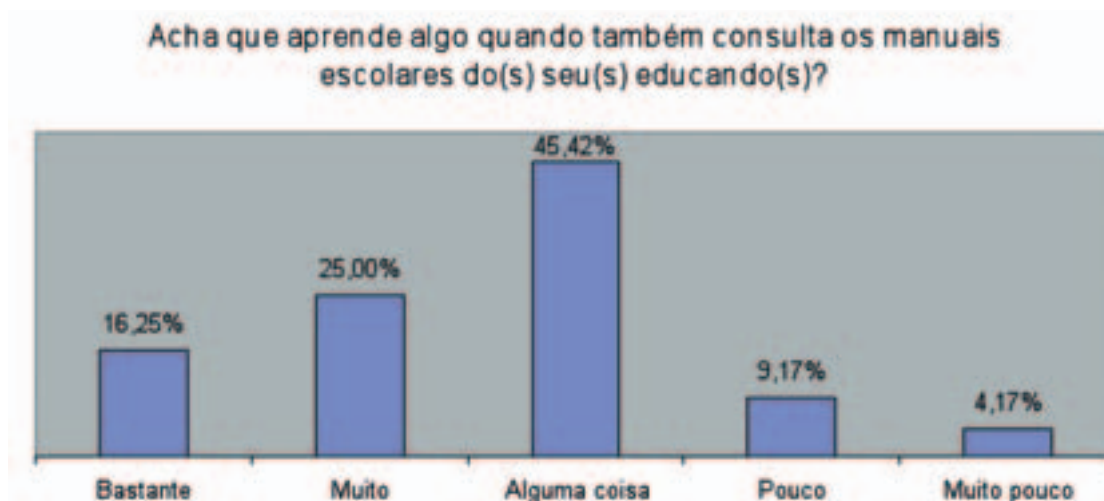


FIGURA 11

A resposta que obtém maior expressão situa-se no nível intermédio: “Alguma coisa”, com 45,42%. Comparando-se, no entanto, as respostas de índole positiva conjuntamente (“bastante” e “muito”) com as de carácter negativo tomadas igualmente em conjunto (“pouco” e “muito pouco”), obtém-se um resultado favorável às primeiras: 41,25% contra apenas 13,34% das segundas. Daquela percentagem de encarregados de educação, 16,25% considera inclusivamente que aprende **bastante** quando consulta os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) – um valor quase quatro vezes superior ao seu contrário “muito pouco” que se cifra em apenas 4,17%.

Depreende-se destes resultados que o contacto dos encarregados de educação com os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) é benéfico, não apenas para a formação destes últimos, mas também para a dos primeiros. É ainda razoável conjecturar-se quanto à possibilidade de estes valores poderem ser mais expressivos se a amostra de respondentes não incorporasse tantos elementos com habilitações literárias de nível superior (80,39%).

## 3. LUGAR DOS ME NO CONJUNTO DOS RECURSOS UTILIZADOS PARA AUXÍLIO AO(S) EDUCANDO(S)

Os encarregados de educação assumem, habitualmente, a responsabilidade pelo apoio ao estudo, em casa, dos seus educandos. Por isso, estes solicitam-nos, com variável frequência, para que os auxiliem na compreensão dos conteúdos leccionados na escola e que não são, para alguns alunos, de fácil apreensão. Importa, neste sentido, saber quais são os recursos educativos mais utilizados pelos encarregados de educação para auxiliarem os seus educandos e, dado que este estudo tem por objectivo identificar o papel que os manuais escolares desempenham na interface entre a escola e a família, identificar o lugar que este último recurso educativo ocupa no conjunto de todos aqueles.

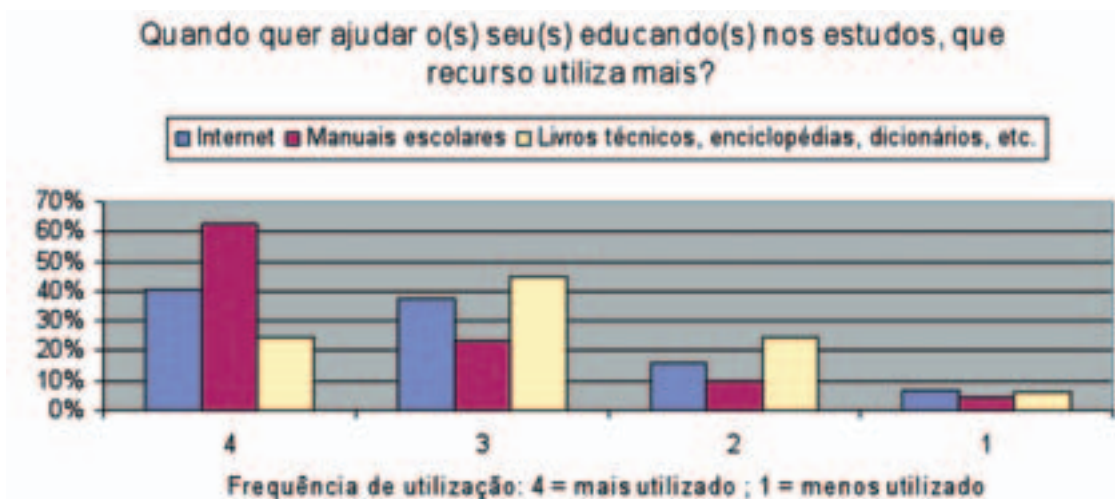


FIGURA 12

A observação do gráfico exposto (figura 12) permite perceber que o manual escolar é o recurso educativo mais mobilizado pelos encarregados de educação quando querem auxiliar os seus educandos. O manual escolar é não só o material pedagógico a que os pais mais recorrem (62,50%, contra 40,42% da Internet e 24,58% dos livros técnicos, enciclopédias ou dicionários), mas é também, para este mesmo efeito, o recurso educativo que eles menos consideram quando têm de se referir ao que menos utilizam (4,17%, contra 6,04% dos livros técnicos, enciclopédias ou dicionários, e 6,46% da Internet).

O que estes resultados revelam é que os encarregados de educação confiam, em termos gerais, nos manuais escolares.

Pode ainda especular-se quanto às razões que justificam esta opção, relativamente à Internet. Avançam-se três. A primeira refere-se ao facto do manual escolar ser uma fonte legitimada pela sua adopção em contexto escolar. Sendo um recurso pedagogicamente ratificado, os pais preferem, em favor dos seus filhos, colocá-los a estudar por um recurso que foi preferido pelos seus professores do que por outro que lhes é desconhecido. A segunda razão reporta-se à comparação da suposta idoneidade e do carácter sumário do manual escolar com a – por vezes – equívoca autoridade e dispersão da Internet. A terceira remete para a própria característica estrutural dos manuais: com efeito, a elaboração de um manual resulta, em princípio, num conjunto, pedagogicamente organizado de forma simples, sequencial e clara, dos conceitos e competências que o aluno deve atingir em cada disciplina. Esta característica, que não se encontra na Internet nem em outros recursos, permite que o manual funcione como o guia do que o aluno carece para estudar/aprender transmitindo confiança aos pais na medida em que a transmite aos próprios alunos.

A escolha acaba por recair, como se vê pelos resultados obtidos e acima ilustrados, mais nos manuais escolares do que na Internet, provavelmente – e estamos no campo da conjectura – pelas características anteriormente elencadas para cada um destes recursos.

Deve ainda referir-se que 3,23% dos encarregados de educação destacam na opção “Outros”, e com um valor superior a todos os restantes recursos indicados, o *software* educativo.

#### 4. PAPEL DOS ME NA APROXIMAÇÃO/DISTANCIAMENTO ENTRE OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E OS EDUCANDOS

O objectivo de perceber qual é o eventual papel que os manuais escolares desempenham no incremento das relações entre encarregados de educação e educandos implica a existência de um pressuposto: o de que também os encarregados de educação, e não apenas os educandos, contactam, ao longo do ano lectivo, com este recurso educativo. Satisfeito este pré-requisito (ver ponto 1), é também importante que a(s) conclusão(ões) a extrair resulte(m) das respostas dadas pelos termos da relação (os educandos e os encarregados de educação) e não por apenas um deles.



FIGURA 13

Quando questionados sobre se “conversam com o(s) seu(s) educando(s) a propósito dos assuntos tratados nos manuais escolares”, os encarregados de educação respondem peremptoriamente “sim”, uma vez que o indicador de frequência “nunca” não obteve resposta alguma. A maioria dos pais (43,12%) afirma conversar “muitas vezes” com o(s) seu(s) educando(s) sobre os conteúdos patentes nos manuais escolares, e pouco mais de um quarto deles (25,42%) chega mesmo a cultivar esse comportamento com a máxima frequência.

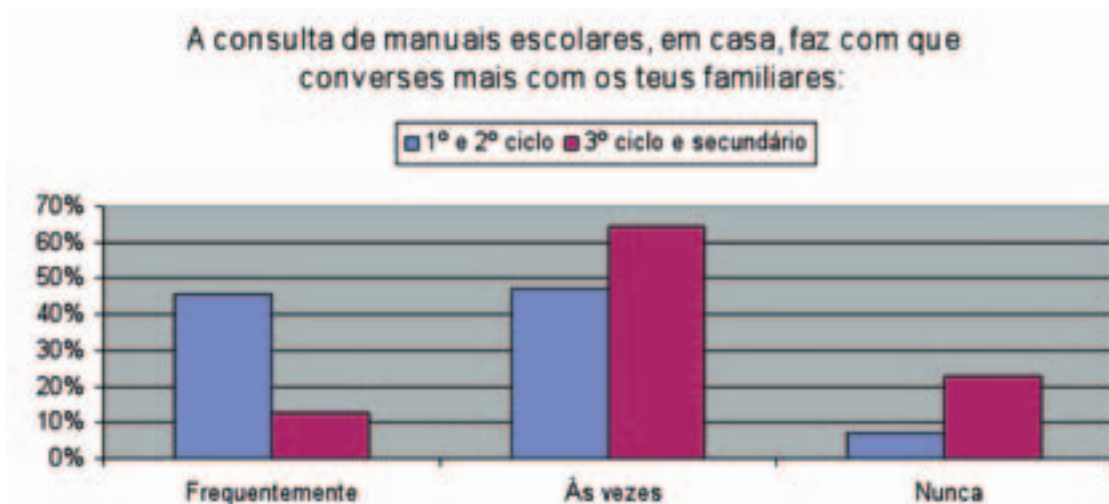


FIGURA 14

As respostas dadas pelos educandos à questão que indaga sobre o papel desempenhado pela consulta dos manuais no incremento de conversas com familiares são algo divergentes em função do ciclo de ensino. Os alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico respondem, quase todos (92,98%), afirmativamente, e 45,61% deles acrescenta que essa motivação ocorre “frequentemente”. A maioria dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário (77,42%) responde também que a consulta de manuais escolares, em casa, faz com que, de facto, se converse mais com os familiares, mas apenas 12,90% diz que tal ocorre com bastante frequência.

Existem, no entanto, dois indicadores em que ambos os grupos estão completamente de acordo: em primeiro lugar, que os manuais escolares induzem o diálogo no domicílio – 92,98% e 77,42% dos alunos (maiorias inequivocamente expressivas) respondem afirmativamente à questão; em segundo lugar, que esse auxílio ocorre, sobretudo, esporadicamente – a resposta “Às vezes” foi, de todas, a mais escolhida pelos grupos (a que corresponde unicamente ao ensino básico cifra-se em 47,37%; o grupo que junta o nível secundário ao terceiro e último ciclo do ensino básico cresce, relativamente àquele, para os 64,52%).

Os dados obtidos através das respostas às questões colocadas quer aos encarregados de educação, quer aos educandos, permitem a seguinte conclusão de que os manuais escolares favorecem, no seio da família, uma maior proximidade, designadamente pela promoção de conversas acerca dos assuntos neles tratados.

Pais e filhos fazem das matérias abordadas nos manuais escolares temas das suas conversas, constatando-se que estas ocorrem com uma frequência considerável. As opções “Muitas vezes” (43,12% dos pais) e “Frequentemente” (45,61% dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e 12,90% dos alunos do secundário e do 3.º ciclo do básico) representam escolhas significativas. Apenas alguns alunos dizem que esse auxílio é nulo (7,02% dos alunos dos 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico e 22,58% dos discentes do nível secundário e do 3.º ciclo do básico).

##### 5. IMPORTÂNCIA DOS ME PARA O ESTUDO DOS CONTEÚDOS LECCIONADOS

O entendimento sobre a importância – e a correlativa eficácia – que os manuais escolares têm no estudo dos conteúdos leccionados resulta do cruzamento das respostas dadas pelos encarregados de educação e pelos educandos a três questões. A estes últimos perguntou-se-lhes, em primeiro lugar, se a consulta dos manuais escolares os ajudava a resolver dúvidas com que ficavam durante as aulas.

Em segundo lugar, colocou-se-lhes uma questão cujo propósito foi estabelecer uma ponte entre o juízo por eles formulado na resposta àquela pergunta e o entendimento a formular pelos encarregados de educação a respeito do item em análise. Significa isto que se perguntou aos alunos se, quando estudam, têm ajuda dos seus familiares na consulta dos manuais escolares. Da eventual resposta genericamente positiva a esta pergunta deriva sustentação empírica para a preferência manifestada pelos pais quanto ao estudo dos seus educandos através, necessariamente, de manuais escolares, ou mediante a substituição destes por fotocópias, sítios da Internet, livros técnicos, enciclopédias, dicionários, etc. Considerou-se, aquando da formulação do inquérito, que o efectivo conhecimento do trabalho que os seus educandos fazem quando estudam pelos manuais escolares coloca os encarregados de educação em melhor posição para ajuizar quanto à imprescindibilidade (ou não) deste recurso educativo.

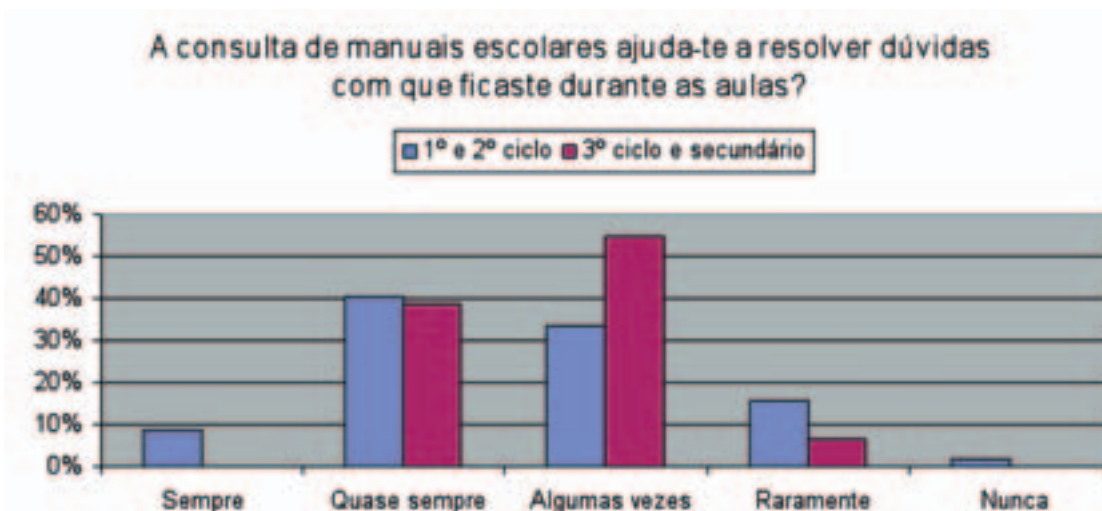


FIGURA 15

As respostas dadas pelos dois grupos, não sendo muito coincidentes, manifestam aspectos em comum. O mais relevante destes últimos refere-se ao expressivo auxílio que os manuais escolares prestam à resolução de dúvidas com que os alunos ficam durante as aulas. Alguns – 8,77% dos alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico – chegaram mesmo a afirmar que os seus manuais os ajudaram “sempre” a resolver dúvidas que ficaram por esclarecer na escola.

Um dos aspectos em comum para ambos os grupos refere-se ao facto das respostas de índole negativa (“raramente” e “nunca”) serem claramente superadas pelas de carácter positivo (“quase sempre” e “sempre”): 49,12% para estas últimas contra 17,54% das primeiras, no caso dos alunos do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico. Quanto aos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, este fosso é ainda maior: 38,71% para a resposta “Quase sempre” (a opção “Sempre” não foi objecto de qualquer escolha) contra apenas 6,45% das respostas de índole negativa (“Raramente” e “Nunca”).

As respostas que, genericamente, foram mais escolhidas foram “Quase sempre” (40,35% dos alunos do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico) e “Algumas vezes” (54,84% dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário). Estes resultados traduzem-se na seguinte afirmação: em nenhum dos casos as

respostas “raramente” e “nunca” foram as mais escolhidas para os alunos se referirem ao auxílio que os manuais escolares lhes prestam na resolução das dúvidas com que ficaram nas aulas.

Depreende-se de tudo o que foi até agora exposto que os manuais escolares prestam um imprescindível auxílio aos alunos no seu estudo domiciliário.

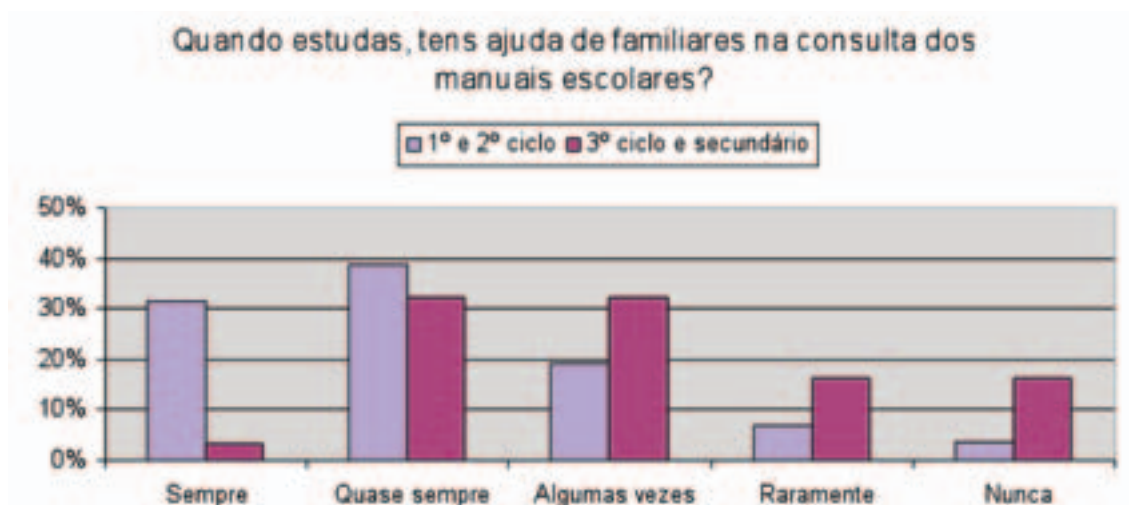


FIGURA 16

A observação das diferentes gradações presentes na figura 16 permite concluir que os encarregados de educação – e outros familiares – prestam frequentemente auxílio aos seus educandos, em situação de estudo, na consulta de manuais escolares. São, por isso, conhecedores dos proveitos (e eventuais perdas) inerentes à utilização destes últimos e estão, nesta circunstância, em situação de se poderem pronunciar acerca da sua importância em contexto escolar.

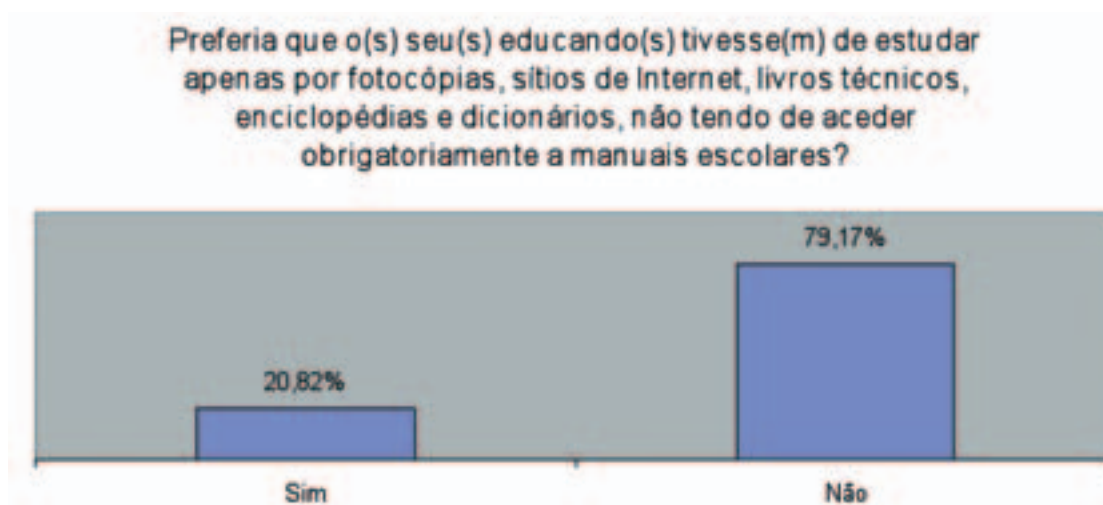


FIGURA 17

O juízo dos encarregados de educação é peremptório. Colocou-se-lhes a seguinte questão: “Preferia que o(s) seu(s) educando(s) tivesse(m) de estudar apenas por fotocópias, sítios da Internet, livros técnicos, enciclopédias e dicionários, não tendo de aceder obrigatoriamente a manuais escolares?”. 79,17% dos encarregados de educação responderam “Não” a esta questão. Esta percentagem elevada denota bem que, de acordo com a percepção destes agentes educativos, se verifica uma imprescindibilidade dos manuais escolares para o estudo dos alunos e, conseqüentemente, a sua impossível substituição por qualquer recurso educativo alternativo.

Os encarregados de educação reconhecem, enfim, que existem problemas nos manuais escolares (ver adiante figura 26), mas enfatizam, por outro lado, as virtualidades da junção sistemática, num único recurso educativo, de todos os conteúdos de uma disciplina leccionada no decurso de um ano lectivo. Apesar de algumas eventuais deficiências, no momento da escolha radical é o manual escolar o eleito.

O entendimento que resulta, enfim, do conjunto das respostas às três questões que integram este critério de apreciação dos manuais escolares resume-se numa sucinta afirmação: o manual escolar é de importância capital para o estudo que os alunos fazem a partir dos conteúdos leccionados.

## 6. GOSTO PELO ESTUDO EM ME

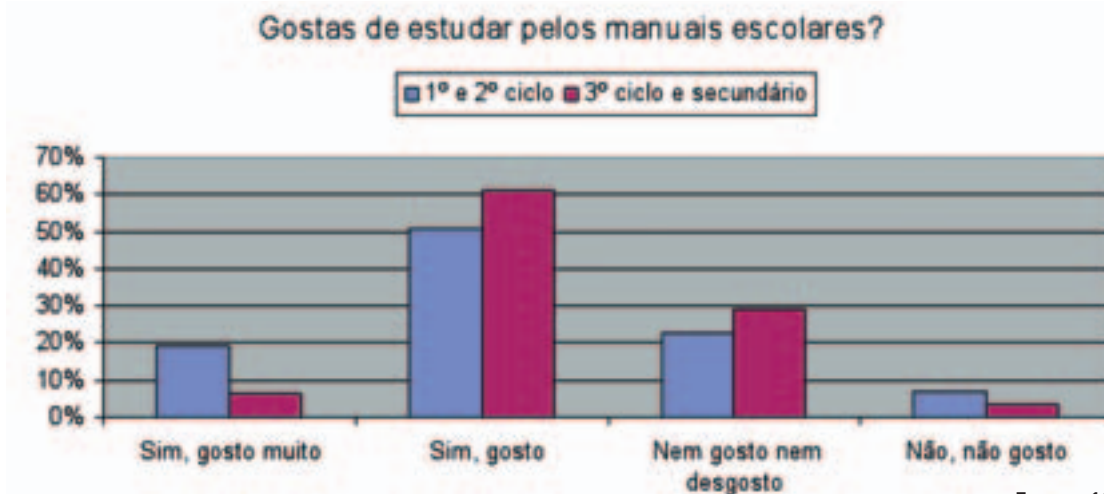


FIGURA 18

A observação do gráfico que expõe os resultados obtidos (figura 18) revela uma assinalável convergência. Verifica-se em ambos os grupos que o “Sim, gosto muito” é sensivelmente superior – com valores próximos (ou acima, num dos casos) do dobro – relativamente ao “Não, não gosto”. O juízo é peremptório no sentido do “sim, gosto” que está, nos dois grupos de alunos – 1.º e 2.º ciclos, por um lado, e 3.º ciclo e secundário, por outro –, sempre acima dos 50%. Por último, a não formação de opinião, isto é, o “Nem gosto, nem desgosto”, situa-se entre os 20% e os 30%. Há, portanto, um relativo consenso entre os alunos dos ensinos básico e secundário no que respeita ao gosto pelo estudo por manuais escolares.

Quanto ao juízo que se destaca entre as diferentes observações dos vários alunos é o de que há, de facto, gosto pelo estudo por este recurso educativo (acima dos 50%) e que, agregando-se ao parecer “Sim, gosto muito”, atinge um resultado global próximo, em ambos os casos, dos 70%. O resultado resume-se, em suma, na constatação de que a maioria dos alunos gosta de estudar por manuais escolares.

## 7. ÁREAS TRANSVERSAIS

As respostas que seguidamente se apresentam resultam do cruzamento de três questões colocadas a dois tipos de interlocutores. Perguntou-se aos encarregados de educação se concordavam com a seguinte afirmação: “Os manuais escolares devem, sempre que possível – e de forma integrada e pertinente –, abordar questões relativas à educação para a saúde, à educação sexual, à educação para a diferença, etc.?”. Os educandos foram questionados, em primeiro lugar, quanto ao que aprendem nos manuais escolares sobre hábitos de consumo, saúde, cidadania, educação rodoviária, cuidados de navegação na Internet, educação ambiental, empreendedorismo e educação sexual (estas duas últimas áreas transversais não foram objecto de questionamento para os alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico pela sua não pertinência nas habituais idades das crianças que frequentam estes anos de escolaridade). Em segundo lugar, perguntou-se-lhes quais daquelas áreas transversais – ou outras que indicassem – lhes parecia que deveriam ser mais alargadamente abordadas nos manuais escolares.

A pergunta efectuada aos encarregados de educação tem uma óbvia razão de ser. Sendo estes os principais responsáveis pela educação dos seus educandos, é incontornável saber-se se estes concordam ou não que matérias transversalmente ligadas aos conteúdos nucleares das várias disciplinas devam ser contempladas nos diferentes manuais escolares utilizados pelos seus educandos. Entre as várias áreas transversais figuram matérias sensíveis como, por exemplo, a educação sexual. Este aspecto reforça, do nosso ponto de vista, a referida incontornabilidade.

Os educandos, embora não sendo especialistas naquilo que deverão saber, importa também que não sejam ignorados em termos de abordagem das matérias cuja pertinência de inclusão nos manuais escolares aqui se perscruta.

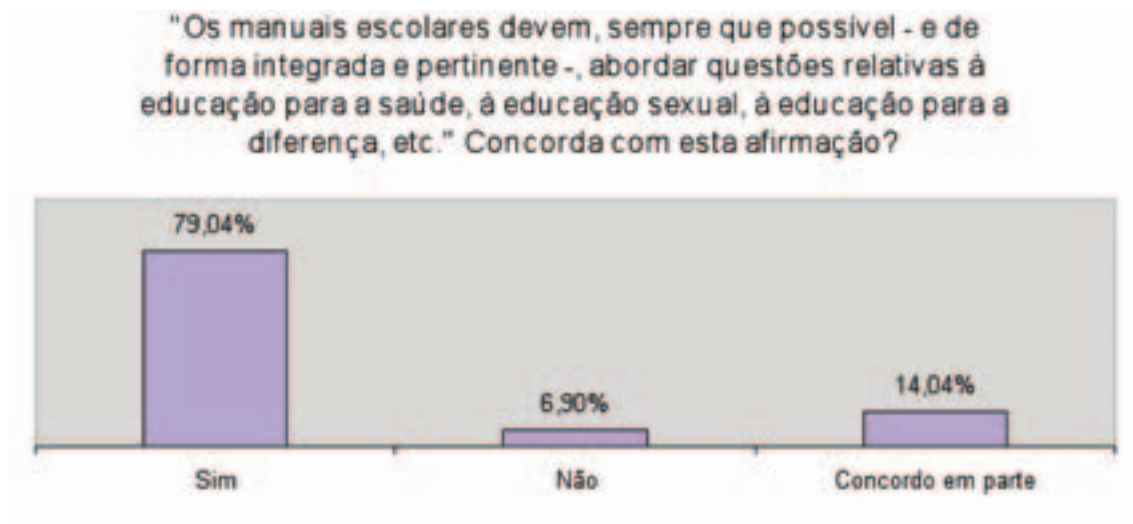
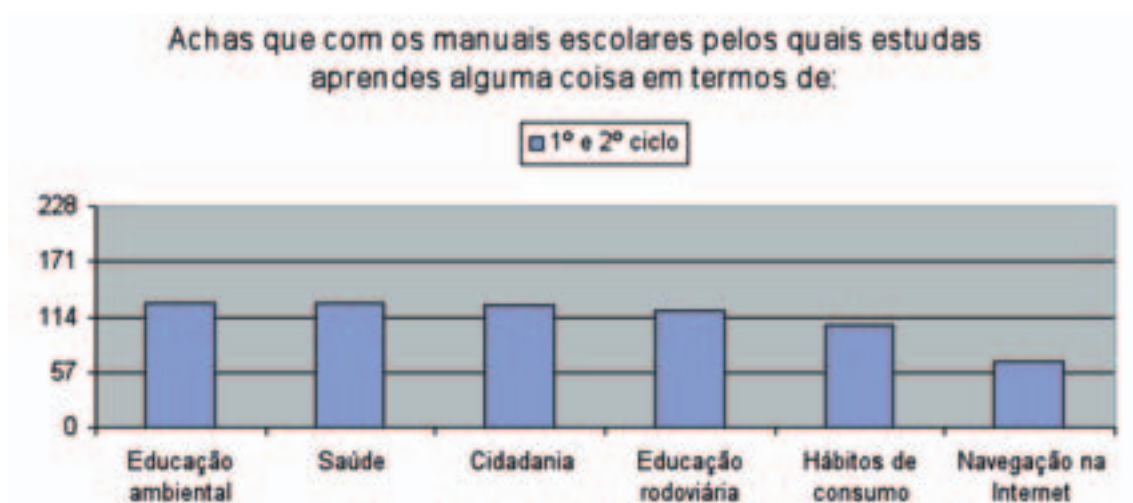


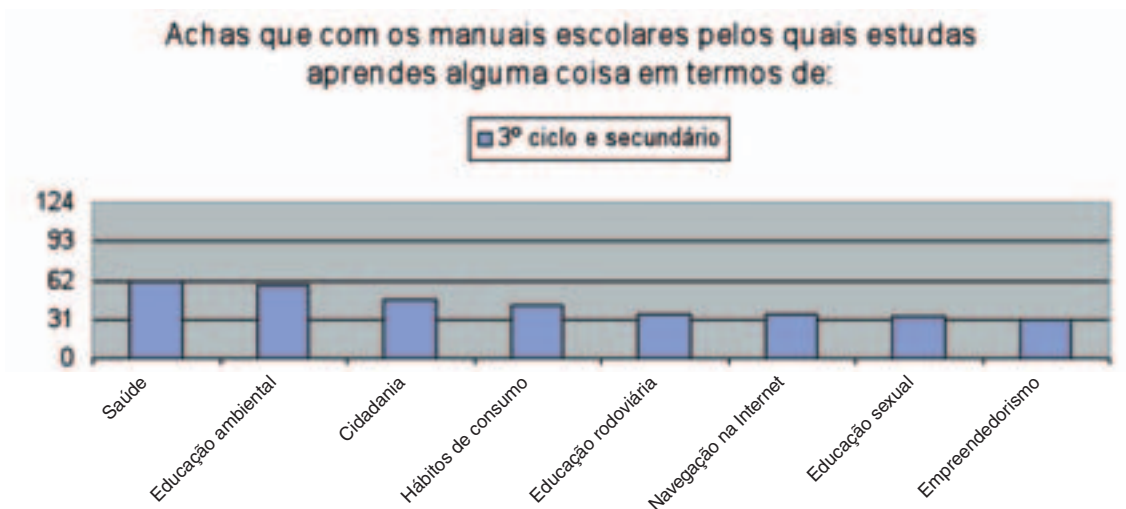
FIGURA 19

A primeira leitura refere-se à resposta dada pelos encarregados de educação. Estes consideram, expressivamente (79,04%), que os seus educandos devem, nos seus manuais escolares – de forma integrada e pertinente –, contactar com questões relativas à educação para saúde e à educação sexual, entre outras de diferentes áreas transversais. Este assentimento é de capital importância, dado que reforça a actual (apesar de nem sempre consensual) legitimidade de atenção a estes domínios e, conseqüentemente, a sua apresentação nos manuais escolares. Este reforço de legitimidade sustenta-se num facto já anteriormente afluído: os pais, em geral, e os encarregados de educação, em particular, são os principais responsáveis pela educação dos seus filhos e/ou educandos, pelo que é legítimo pronunciarem-se a este respeito. Acrescentamos que, por esta razão, deve este seu juízo ser particularmente considerado.



Tudo: 172 a 228 | Quase tudo: 115 a 171 | Alguns aspectos: 58 a 114 | Quase nada: 1 a 57 | Nada: 0

FIGURA 20



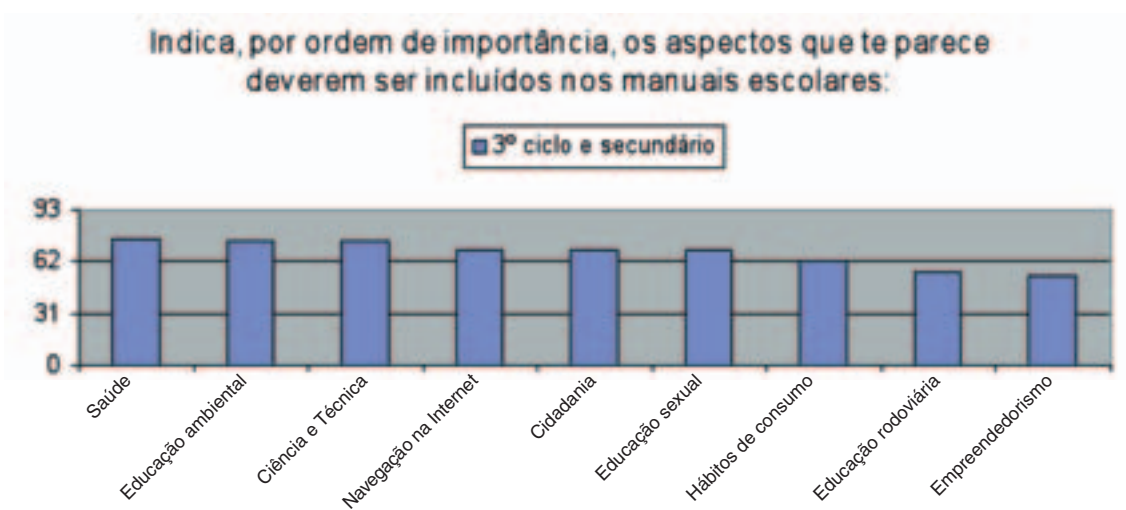
Tudo: 94 a 124 | Quase tudo: 63 a 93 | Alguns aspectos: 32 a 62 | Quase nada: 1 a 31 | Nada: 0

FIGURA 21



Muito importante: 115 a 171 | Importante: 58 a 114 | Pouco importante: 1 a 57 | Nada importante: 0

FIGURA 22



Muito importante: 63 a 93 | Importante: 32 a 62 | Pouco importante: 1 a 31 | Nada importante: 0

FIGURA 23

Os alunos manifestam, uma vez mais, um parecer, em geral, unânime. Consideradas as respectivas diferenças – o não questionamento, com os alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico, acerca da educação sexual e da formação para o empreendedorismo –, ambos os grupos afirmam que, em termos de áreas transversais, aprendem algo nos seus manuais escolares no que respeita à educação ambiental e para a saúde. Inversamente, aprendem pouco neste recurso educativo no que se refere aos cuidados de navegação na Internet (alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico), à educação sexual e ao empreendedorismo (alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário).

Quanto às áreas transversais que os alunos entendem que devem ser mais contempladas nos manuais escolares, o diagnóstico da maior necessidade vai para a saúde. Este é, curiosamente, um domínio sobre o qual eles já muito aprendem nos manuais escolares – como acima foi explicitado –, o que, conseqüentemente, vem reforçar a opção aqui assumida por autores e editores. Tal opção é imediatamente seguida pelos cuidados de navegação na Internet, no caso dos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico. Esta última área é, aliás, conforme se pode ver acima, aquela que este grupo de alunos refere como uma das mais prioritárias, pelo que, se se considerar adequada esta opinião, haverá algo a fazer, neste capítulo, por parte de autores e editores de manuais escolares.

Aquelas que são merecedoras de uma menor atenção, pela sua menor premência – de acordo ainda com o julgamento dos alunos –, são os hábitos de consumo e, especificamente para os alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, o empreendedorismo.

Foram ainda referidos outros assuntos de índole transversal na opção “Outros” que, segundo os alunos, devem ser incluídos nos manuais escolares: 3,22% dos elementos do grupo que incorpora alunos do básico e do secundário referiram-se à economia, à criatividade e investigação, ao racismo e à violência; no outro grupo, 1,75% dos inquiridos mencionaram a biologia, a educação sexual (não dada como opção de escolha para este grupo), a sensibilização para o desporto e para a arte, a história de Portugal e a organização do estudo.

Deve, no entanto, atender-se ao facto de algumas das temáticas indicadas pelos alunos serem abordadas curricularmente em determinadas disciplinas – ou serem elas mesmo disciplinas (por exemplo, a economia e a biologia) –, o que problematiza o seu estatuto de áreas transversais.

Acrescente-se apenas, por último, um esclarecimento metodológico. O gráfico que expõe as diferentes ordens de importância no que se refere a áreas transversais – maior necessidade de inclusão nos manuais escolares e o que mais se aprende com este recurso educativo – resultou da observância do seguinte processo: em primeiro lugar, verificou-se se o número de alunos que se tinha referido a cada uma das áreas transversais era exactamente o mesmo; satisfeita esta condição, multiplicou-se o número de alunos que responderam a “Tudo” e “Nada”, respectivamente, pelos factores 4 e 0 (na questão relativa às áreas transversais com as quais os alunos mais aprendem quando estudam pelos manuais escolares), e “Muito importante” e “nada importante”, respectivamente, por 3 e 0 (na pergunta sobre os aspectos que, de acordo com os alunos, mais deveriam ser incluídos nos manuais escolares).

Os intervalos das escalas, e as suas respectivas designações, resultaram da multiplicação do número de alunos (31 para o 3.º ciclo do básico e secundário, e 57 para o 1.º e o 2.º ciclos do básico) pelo número de variáveis (4 para o que mais se aprende nos manuais escolares em termos de áreas transversais e 3 para a maior necessidade de inclusão destes domínios também nos manuais escolares).

## 8. FUNÇÃO ENCICLOPÉDICA DOS MANUAIS ESCOLARES

A maioria dos manuais escolares actualmente adoptados contém remissões para outras fontes de conhecimento – filmes, sítios da Internet, etc. Alguns dos principais objectivos que subjazem a esta opção metodológica são o aprofundamento dos conteúdos leccionados (dependente do maior ou menor interesse do(s) aluno(s)), a sua percepção através de diferentes expedientes (a imagem com movimento, no lugar da palavra, no caso dos filmes ou documentários, por exemplo), a consolidação dos assuntos abordados (por exemplo, a confirmação empírica, na observação de um caso concreto, de um tema estudado apenas em abstracto) e a atenção aos diferentes gostos dos alunos (a Internet, para uns, a literatura, para outros, etc.). Não se conhece, no entanto, a reacção dos alunos a esta opção metodológica, cada vez mais presente nos actuais manuais escolares. Será que, de facto, os alunos consultam as sugestões – de livros, filmes, sítios

da Internet, etc. – que os manuais escolares propõem para reforço dos seus conhecimentos nos conteúdos leccionados?

A pertinência desta questão é ainda maior, no âmbito de um estudo como este, se for dada uma atenção especial às famílias mais carenciadas. Para estas, o conjunto dos manuais escolares que o(s) educando(s) traz(em) consigo constitui, na generalidade, a maioria dos poucos livros que entram nas suas casas – quando não os únicos. A função enciclopédica que os manuais escolares desempenham é, neste contexto, de importância não negligenciável.

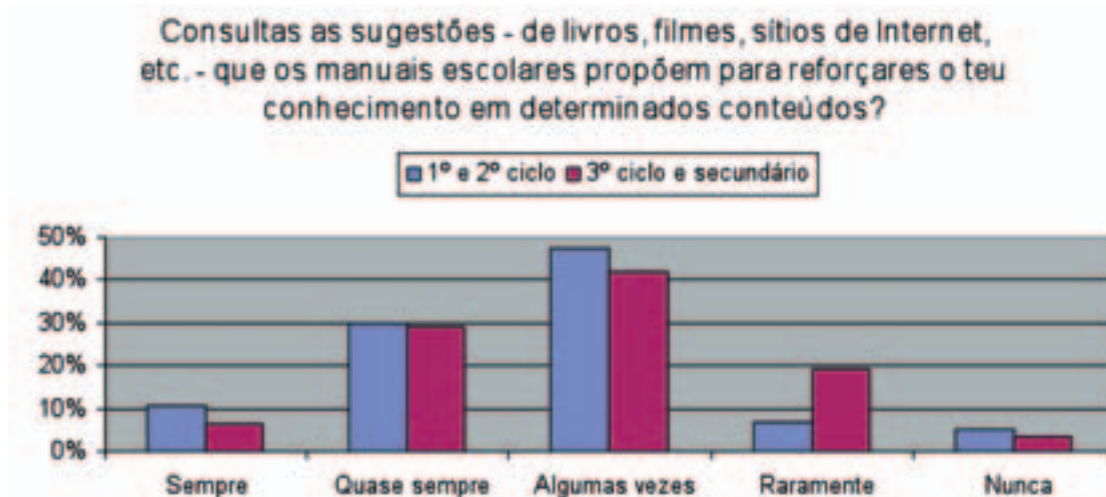


FIGURA 24

Os resultados obtidos revelam, uma vez mais, tal como aconteceu quando foi questionado o gosto dos alunos pelo estudo por manuais escolares, uma curiosa convergência. Um número significativo de alunos consulta as sugestões – de livros, filmes, sítios da Internet, etc. – que os manuais escolares lhes propõem para reforço dos conteúdos leccionados na escola. A maioria fá-lo algumas vezes (entre 40% e 50%). Se compararmos ainda os valores de frequência positiva conjuntamente (“Sempre” e “Quase sempre”) com os de frequência negativa igualmente em conjunto (“Raramente” e “Nunca”), a primeira opção representa claramente a maior escolha.

Considerados estes resultados, pode concluir-se que a função enciclopédica e orientadora de pesquisas proporcionada pelos manuais escolares é correspondida pelos alunos.

## 9. ROBUSTEZ

Um dos critérios que recorrentemente figura nas várias e diferentes grelhas de avaliação de manuais escolares refere-se à sua robustez ou, por outras palavras, à sua resistência no âmbito de uma normal utilização.

Considera-se habitualmente que os agentes educativos abalizados para a apreciação geral dos manuais escolares são, entre outros, os professores. Fora desse conjunto ficam, naturalmente, os pais, e a razão porque tal acontece é facilmente compreensível: a apreciação dos manuais escolares obedece à sua observação a partir de vários critérios e, para alguns deles, a experiência profissional no contexto escolar e o conhecimento científico e pedagógico dos assuntos abordados são requisitos não negligenciáveis.

Apesar disso, há pelo menos um critério de avaliação dos manuais escolares em que os pais deveriam ter uma voz privilegiada: a sua robustez. São de facto os encarregados de educação quem assiste ao modo como os mesmos resistem ao uso que deles faz(em) o(s) seu(s) educando(s) durante um (ou mais) ano(s) lectivo(s). A avaliação da robustez dos manuais escolares, quando efectuada por qualquer outro agente educativo, é, quase sempre, pontual; apesar de informal, a apreciação que os pais fazem da resistência destes a uma normal utilização é, em princípio, contínua no tempo.

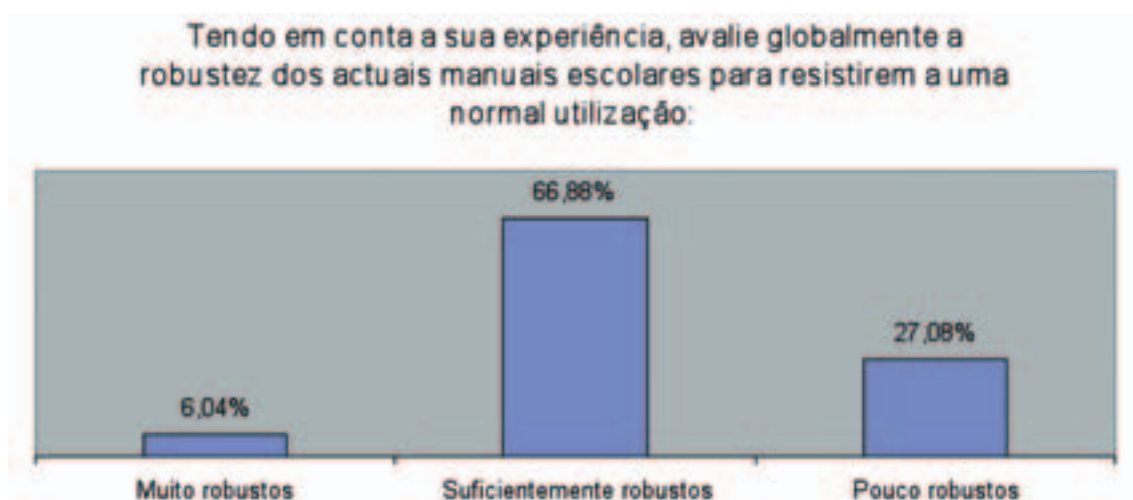


FIGURA 25

Os dados revelam que a maioria dos pais, informados pela sua experiência, consideram que os manuais escolares detêm robustez suficiente para resistirem a uma normal utilização (66,88%). Alguns (6,04%) chegam mesmo a encontrar neles grande robustez.

Apesar disso, não deixa de ser preocupante que 27,08% dos encarregados de educação – pouco mais de um quarto – considere os manuais escolares pouco robustos, de que decorrerá uma degradação dos mesmos superior ao que seria desejável.

#### 10. PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS E VIRTUDES EVIDENCIADAS

A identificação do(s) maior(es) problema(s) e da(s) maior(es) virtude(s) dos actuais manuais escolares, na perspectiva dos encarregados de educação, foi conseguida através de duas perguntas abertas. Para as questões “Qual lhe parece ser, na generalidade, o maior problema dos actuais manuais escolares?” e “Qual lhe parece ser, na generalidade, a maior virtude dos actuais manuais escolares?” não foi dada nenhuma resposta predefinida de modo a não condicionar o julgamento dos inquiridos.

Todavia, embora a percepção dos encarregados de educação não seja, de modo algum, prescindível, ela expressa apenas o julgamento de um dos vários agentes educativos envolvidos. A efectiva identificação da complexidade dos temas abordados seria apenas possível com o cruzamento das respostas de todos os agentes educativos envolvidos. Mas, recorde-se, o grande objectivo do presente trabalho foi tão-somente o de avaliar as representações genéricas dos encarregados de educação em geral e dos pais em particular – conjuntamente com as dos educandos – acerca dos manuais escolares.

Majores problemas indicados		N.º de respostas	% de respostas
1	Preço elevado	74	15,51%
2	Peso excessivo	53	11,11%
3	Abordagem superficial dos conteúdos	26	5,45%
4	Pouco rigor científico	24	5,03%
5	Actividades propostas em número insuficiente	21	4,40%
6	Exposição pouco clara dos conteúdos	17	3,56%
7	Pouco apelativos	16	3,35%
8	Ilustrações em número excessivo	16	3,35%
9	Informação com incorrecções (de tipo não especificado)	16	3,35%
10	Estruturação confusa	16	3,35%
	<i>Outros problemas menos indicados</i>	198	41,50%

FIGURA 26

Na perspectiva dos encarregados de educação, os actuais manuais escolares são vendidos a um preço elevado, o que não significa, por si mesmo, uma crítica à forma como o preço é formado.

Por outro lado, para uma percentagem significativa, o seu peso é excessivo.

É curioso que, todavia, no quadro acima, as percentagens não sejam muito expressivas para cada um dos problemas diagnosticados. Repare-se que o que foi indicado como o maior problema o foi apenas por 15,51% dos encarregados de educação, percentagem assim longe de poder sustentar um qualquer consenso. Destacam-se igualmente alguns juízos contraditórios, insusceptíveis de autorizar uma qualquer conclusão: para alguns encarregados de educação (3,35%), o maior problema dos manuais escolares é a estruturação confusa que os desenvolve; para outros (2,94%), a maior virtude dos manuais escolares é a sua boa estruturação. Para alguns encarregados de educação (3,35%), o maior problema dos manuais escolares é serem pouco apelativos; para outros (7,75%), a maior virtude dos manuais escolares é serem muito apelativos.

Maiores virtudes indicados		N.º de respostas	% de respostas
1	Junção sistemática, num único recurso educativo, de todos os conteúdos	91	24,33%
2	Qualidade gráfica	62	16,57%
3	Muito apelativos	29	7,75%
4	Acompanhamento do trabalho escolar dos educandos	26	6,95%
5	Actividades diversificadas	26	6,95%
6	Existência de sínteses	11	2,94%
7	Boa estruturação	11	2,94%
8	Informação adequada às competências definidas no programa curricular	11	2,94%
9	Informação actualizada	9	2,40%
10	Motivadores para o uso de outras fontes de conhecimento	8	2,13%
	<i>Outras virtudes menos indicadas</i>	90	24,06%

FIGURA 27

A maior virtude que os encarregados de educação encontram nos manuais escolares refere-se à própria essência destes últimos: a junção sistemática, num único recurso educativo, de todos os conteúdos de uma determinada área curricular. De facto, o manual escolar reúne habitualmente, num único suporte, de modo estruturado e coerente, todos os conteúdos de uma determinada disciplina a leccionar num período de tempo predeterminado (um ano lectivo, por exemplo), apresenta exercícios que, numa escala ascendente de complexidade, permitem, entre outros aspectos, a verificação da aprendizagem desses conteúdos e sugere a consulta de outras fontes de conhecimento dos assuntos nele tratados que servem, sobretudo, para o aprofundamento dos mesmos. Evita-se, desta forma, a dispersão que potencialmente decorre do seu uso – para utilizar uma expressão de um encarregado de educação – sem um “ponto de referência” capaz de enraizar pedagogicamente essas mesmas fontes de conhecimento.

Esta é, talvez, a razão porque os encarregados de educação, no limite, preferem que os seus educandos estudem pelos manuais (ver ponto 5) e não de uma forma dispersa e não referenciada, por vários outros meios, tais como fotocópias, sítios de Internet, etc.

Transcrevem-se complementarmente algumas expressões que os encarregados de educação utilizam para, a propósito do que acaba de ser enunciado, caracterizarem o manual escolar: “um ponto de referência para o aluno”, “uma referência rápida e completa sobre o essencial dos conteúdos programáticos”, um “veículo de concretização de um programa/conteúdos”, um “guia orientador da matéria/conteúdos a serem dados”, um “fio condutor”, “um instrumento de consulta fácil e organizada”. “Contém todos os conteúdos programáticos referentes ao ano lectivo em questão, facilitando o trabalho de acompanhamento tanto por parte do aluno como dos pais”, “compila e organiza informação, evitando que os alunos se percam no mundo imenso de informação disponibilizado pela Internet”, “reúne a síntese do conteúdo curricular, fornecendo assim um roteiro fácil de ser seguido”.

Ligada a esta característica favorável que os encarregados de educação encontram nos manuais escolares, encontra-se a possibilidade oferecida por estes para que possam acompanhar o trabalho escolar dos seus educandos. Tal como acima se referiu (ver ponto 1), sendo uma junção sistemática de todos os conteúdos curriculares num único recurso educativo, e (em muitos casos) em exclusivo, os manuais escolares oferecem aos encarregados de educação não apenas a possibilidade de saberem quais são os assuntos que os seus educandos trataram na escola, mas também aqueles que eles irão abordar.

Refira-se, por último, o destaque que os encarregados de educação dão à qualidade gráfica dos actuais manuais escolares e o facto de os considerarem muito apelativos.

## CONCLUSÕES

- a) Uma significativa maioria dos pais (96,76%) considera que os manuais escolares são importantes para o acompanhamento do trabalho escolar dos seus educandos, sendo que desta percentagem 59,48% atribui mesmo grande importância a este recurso educativo para um tal efeito. Esta conclusão apoia-se na sua experiência, uma vez que 94,61% dos pais consulta os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) para se informar sobre o que, na generalidade, ele(s) faz(em) na escola, e 89,58% fá-lo com uma frequência superior a cinco vezes ao ano.
- b) O contacto dos encarregados de educação com os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s) é benéfico, não apenas para a educação destes últimos, mas também para a dos primeiros. 86,67% dos pais afirmam aprender alguma coisa quando consultam os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s). Desta percentagem, 25% consideram aprender muito com aqueles e 16,25% escolhem a resposta “Bastante” para se referirem ao que aprendem quando consultam os manuais escolares do(s) seu(s) educando(s).
- c) Os manuais escolares, ao promoverem o interesse partilhado pelos assuntos neles tratados, favorecem uma maior proximidade entre os educandos e os restantes membros dos respectivos agregados familiares. De facto, os conteúdos desenvolvidos nos manuais escolares tornam-se temas significativamente frequentes de conversas. As opções “Muitas vezes” (no caso dos pais) e “Frequentemente” (no que se refere aos alunos) são, no contexto das questões formuladas, expressivamente escolhidas.
- d) Não há consenso absoluto quanto ao julgamento da robustez dos manuais escolares, mas uma considerável maioria dos encarregados de educação considera-os não apenas suficientemente robustos (66,88%), como também muito robustos (6,04%).
- e) O manual escolar é o recurso educativo mais mobilizado pelos encarregados de educação quando querem auxiliar os seus educandos nos estudos. É não só o material pedagógico a que os pais mais recorrem para ajudarem os seus educandos nas tarefas escolares (62,50%), mas também, para este mesmo efeito, o recurso educativo que aqueles menos consideram quando têm de se referir ao que menos utilizam (4,17%). O manual escolar é ainda secundado, neste resultado, pela Internet.
- f) A maioria dos alunos gosta de estudar por manuais escolares. O valor que exprime a referida maioria cifra-se na ordem dos 70% e, desta percentagem, 19,30% (alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico) e 12,90% (alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do nível secundário) afirmam mesmo gostar muito de estudar pelo recurso educativo em análise.
- g) A função “enciclopédica” desempenhada pelos manuais escolares é correspondida pelos alunos. A percentagem de alunos que afirma nunca consultar as sugestões – de livros, filmes, sítios da Internet, etc. – que os manuais escolares lhes propõem para reforço dos seus conhecimentos cifra-se num valor residual – próximo dos 5% –, e aqueles que algumas vezes, quase sempre e sempre acedem às remissões presentes nos manuais escolares são uma expressiva **maioria**: 87,72% (1.º e 2.º ciclos do ensino básico) e 77,42% (3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário). Justifica-se assim a escolha dos editores por esta opção metodológica, que é ainda reforçada pelo facto de os manuais escolares serem dos poucos – ou até mesmo os únicos – livros que alguns agregados familiares com maiores dificuldades económicas vêm entrar nas suas casas.

- h) Os encarregados de educação consideram, expressivamente (79,04%), que os seus educandos devem, nos seus manuais escolares – de forma integrada e pertinente –, contactar com questões relativas à educação para saúde e à educação sexual, entre outras de diferentes áreas transversais. Os alunos afirmam que, relativamente a estas áreas, aprendem bastante nos seus manuais escolares, especialmente no que respeita à educação ambiental e para a saúde. Inversamente, aprendem pouco neste recurso educativo no que se refere aos cuidados de navegação na Internet (alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico), à educação sexual e ao empreendedorismo (alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário)<sup>1</sup>. Entendem também que, entre as que devem ser mais contempladas nos manuais escolares, destacam-se a educação para a saúde e, no caso dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, os cuidados de navegação na Internet. As que são merecedoras de uma menor atenção, pela sua inferior necessidade – de acordo com o julgamento dos alunos –, são os hábitos de consumo e, especificamente para os alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, o empreendedorismo.
- i) Apesar de encontrarem alguns problemas nos actuais manuais escolares, os encarregados de educação preferem claramente (79,17%) que os seus educandos estudem mais por estes do que dispersamente por outros recursos educativos: fotocópias, sítios da Internet, livros técnicos, enciclopédias, dicionários, etc. Esta impressão sustenta-se num efectivo conhecimento que têm da utilização pelos seus educandos, em situação de estudo, dos manuais escolares, e é corroborada por estes últimos que confirmam a eficácia destes para a resolução das dúvidas com que ficam durante as suas aulas.
- j) Os encarregados de educação consideram finalmente que, pelas características que tem e pelos propósitos que serve – ou, mais especificamente, porque reúne num único livro (com um ou mais volumes) todos os conteúdos de uma determinada disciplina a leccionar num ano lectivo, e por servir de ponto de referência para o aluno, evitando uma potencial dispersão –, o manual escolar é um recurso educativo de que não prescindem para a formação dos seus educandos.

<sup>1</sup> A educação sexual e a formação para o empreendedorismo não foram consideradas no conjunto das questões colocadas aos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico por se ter julgado que as mesmas não eram de leccionação pertinente nas habituais idades das crianças que frequentam estes anos de escolaridade.

